

**POLITICA**  
ALÉM DA NOTÍCIA

### Os 3 mil cargos

Embutida na reforma ministerial, está a dificuldade da partilha dos cargos federais plotados desde que o presidente eleito Tancredo Neves teve de administrar, por computador, a atribuição de 3 mil funções federais, tendo como assistente nessa delicada operação o ministro José Hugo Castello Branco. Agora, o presidente Sarney poderá se embarcar na resistente teia dos interesses e dos conflitos políticos, tentando salvaguardar seus cargos, caso queira montar uma reforma geral do ministério.

Usando o "Diário Oficial", como lhe recomendou o governador Moreira Franco, Sarney poderá realizar uma reforma sem dor. Haverá um ou outro ministro que oferecerá reação, mas o Presidente estará apoiando não só para mexer na cúpula do Governo, mas nos escalões intermediários que paralisam a administração. Com proteção política, não se dão ao luxo de trabalhar.

Não é por acaso que de dentro do Governo é onde se produzem as críticas mais contundentes ao sistema oficial. Recentemente, foi no esquema de apoio do ministro da Fazenda que um colunista político da grande imprensa supriu-se de dados para demonstrar que nem sempre são os ministros os responsáveis pela inação governamental, mas sim, a Presidência da República.

A montagem dos 3 mil cargos originais do governo Tancredo Neves foi uma elaboração tão sinuosa que hoje o próprio José Hugo não sabe se repetiria a façanha. Difícilmente alguém, que não Tancredo Neves, conseguiria governar com um engrenagem cujos segredos só ele conhecia. Para livrar-se desse fatalismo, que comanda a perplexidade de comando administrativo, somente uma reforma ministerial ampla daria a Sarney os novos instrumentos.

E necessário que a reforma inclua uma revisão global dos pressupostos que condicionaram a formação do Governo, para que recomece do marco zero, e não simplesmente remede os retalhos do programa de computador do Dr. Tancredo. Se assim não o fizer, ao presidente Sarney será até melhor não mexer no vespeiro: nem poderá tirar os sabidamente maus, nem colocar para dentro os que considera bons.

#### JOSE HUGO PODERÁ SER REMANEJADO

Especula-se fortemente sobre o destino do ministro José Hugo Castello Branco. E o de não deixar o Governo, mas ser remanejado para outro cargo ministerial. O Ministro tem estado recentemente em muitas comunicações com o presidente Sarney.

#### MEIRA QUER ATIVAR SUA COMISSÃO

O senador Meira Filho quer dinamizar a comissão do Distrito Federal do Senado, com onze senadores com voto, e ainda com a participação dos deputados federais de Brasília, com direito a opiniões, mas sem votos. A comissão espera receber o governador José Aparecido de Oliveira para ouvi-lo amplamente sobre seus projetos. Mas não na forma desejada pelo senador Maurício Corrêa, que deseja obrigá-lo por lei a se pronunciar diante da comissão, o que é inconstitucional, no entender do próprio presidente do colegiado.

LEONARDO MOTA NETO

### Balanço da semana

**Sensibilidade** — Jânio voltou correndo da Europa porque morreu seu cozinheiro quinta-feira. A guarda matou o pedreiro Adão e Jânio viajou.

**Discriminação** — A Receita isentou de taxas a Mercedes importada por Telê, o perdedor da Copa. O Leão é bravo com o assalariado.

**Governo** — O Ministério da Administração acusou de contratações irregulares o MEC, que negou. Alguém está mentindo.

**Devoção** — Os livros mais vendidos no Vaticano são: "Quando Cozinham os Anjos", da freira Consolata, e "Meus 200 Pratos de Cogumelos", do padre Adami. Campanha pelos famintos.

**Habilidade** — Do agradecido ministro (?) da Reforma Agrária: "... são os mesmos fascistas que votaram em 84 contra as diretas". O ex-presidente do PDS, senador José Sarney, foi contra.

**Diadema** — Caixinhas de 15 por cento, mordomias, desvio de verbas, extorsão, etc. E o PT no poder.

**Personalidade** — O ex-ministro Francisco Dornelles vangloriou-se de criar tributos inconstitucionais sem ser preso. Orgulho, cada um tem o seu.

**Mérito** — Depois de Toninho Malvadeza e Toninho Ternura, o Toninho Sabido: nomeou Antônio Martins para a Radiobrás.

**Solidariedade** — Desertor do Exército, aposentado por incapacidade mental e condenado por corrupção de menores, o coordenador do Seac de Minas é protegido do ministro (?) do Planejamento. Amigo e amigo.

**Recessão** — A CNC teme a falência de 2/3 dos comerciantes, vítimas do Cruzado. Não foram tão felizes quanto a Troi.

**Esplendor** — A bailarina Márcia Haydée fez 50 anos, idade em que toda mulher sabe dançar bem na ponta dos pés.

**Decadência** — O ministro Funaro está tão por baixo que até o pessoal do muro e os adesistas querem sua demissão.

**Espoliação** — Para o Dieese, o poder aquisitivo do assalariado diminuiu 40 por cento desde o Cruzado. O Governo é dos pobres, mas os banqueiros lucraram 1.000 por cento.

**Justiça** — Do deputado Raul Belém: "O Pimenta é um patrimônio de Minas". E. Deverá ser nacional.

**Afrodisiaco** — Após passearem em Caldas Novas, José Celso, 90, e Virginia Batistão, 71, casaram em São Paulo. Água quente não é benta mas faz milagre.

**Exploração** — A Petrobrás reajustará todo mês (30 por cento) a gasolina e o álcool. Carro oficial, chapa-fria, dos amigos, etc., não pagam.

**Corrupção** — A Operação Patricia, que custou US\$ 170 milhões, não será punida, o navio com milho desapareceu, o arroz estragou. O Imposto de Renda do assalariado cobrirá as despesas.

**Valdade** — O inócuo Conselho da Mulher gastou em publicidade mais do que o orçamento do Departamento Penitenciário.

**Esquema** — O secretário-geral do Ministério do Planejamento era assessor do secretário e genro do Presidente. O ministro (?) está protegido.

**Descontrole** — A inflação de março, em Brasília, foi 18 por cento, mas o Governo achou uma média nacional de 14 por cento. Apesar dos dados falsos, a inflação chegará a 500 por cento ao ano, recorde do Governo Funaro-Sarney.

**Testamento** — O ministro (?) da Reforma Agrária contratara 140 técnicos antes de sair. Sem concurso, garantem.

**Ameaça** — O procurador-geral da República mandou o RE acabar e escândalo da Sisal, se não alguém será preso. Está brincando. Ninguém é preso no país da impunidade, como classificou o ministro Funaro.

JOAO EMILIO FALCAO

# Constituinte já tem mais de 950 sugestões

MARBA FURTADO  
Da Editoria de Política

No dia seguinte à sua posse, o governador de Alagoas, Fernando Colloer de Mello, enviou ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, uma proposta para estudos por parte da Assembleia Nacional Constituinte. Se absorvida pela nova Constituição, a sugestão do governador alagoano impediria os Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de criarem "para seus servidores formas de remuneração diferentes das que sejam contempladas em lei complementar para funcionário público federal". Com esta tentativa de evitar para o resto do País o quadro de "desmanchos administrativos" constatado em seu Estado, Colloer de Mello inaugurou a lista de propostas e sugestões que estão sendo encaminhadas aos constituintes desde março.

Hoje já existem cerca de 950 sugestões devidamente numeradas pela Secretaria Geral da Mesa da Constituinte. Este número pode dobrar até o fim do prazo de recebimento, a 6 de maio. As propostas chegam de todo o País ou por meio de próprios parlamentares. Todas seguem o mesmo processo de encaminhamento: são recebidas pelo secretário-geral, Paulo Afonso; se necessário sofrem algumas modificações, sob consulta do autor, e são numeradas ainda na Secretaria Geral, daí são distribuídas às 24 Subcomissões de acordo com o tema de que tratam.

A Secretaria Geral, que centraliza o trabalho de distribuição das sugestões, ainda não tem condições de informar dados estatísticos quanto aos temas e ao direcionamento destas às Subcomissões. Com base nas 300 primeiras propostas recebidas, a maioria das questões diz respeito aos



Arbage: conselho



Saraiva: nova divisão

direitos dos trabalhadores, aos direitos e garantias individuais, à ordem econômica e ao sistema tributário. O tema aborda a aposentadoria para homem (30 anos de serviço) e mulher (25 anos); sugere o voto facultativo, a direito à greve e à organização sindical (inclusive aos servidores públicos); encaminha proposta de regulamentação da lavra e da extração de minérios no País; ressaltava a necessidade de recursos específicos para o desenvolvimento da Amazônia e para o plano de defesa da seca do Nordeste; pede o parlamentarismo, determina o papel das Forças Armadas, defende e ataca a pena de morte.

O aposentado é objeto de várias sugestões, principalmente de parlamentares. As propostas variam em torno da garantia de seus proventos, que devem ser corrigidos de acordo com a variação do salário e permanecerem iguais à remuneração em vigor para o mesmo cargo ou função já exercida pelo aposentado.

Entre as quase mil propostas, que até agora chegaram à Assembleia Nacional Constituinte e serão analisadas e discutidas pelas Subcomissões, algumas sugerem verdadeiras inovações constitucionais. O

deputado Davi Alves Silva (PDS-MA) propõe, as pessoas com mais de 70 anos, a garantia de passagens rodoviárias, passagens aéreas e estada em hotel por três dias consecutivos sem ônus.

Mais realistas, embora também curiosas, são as sugestões dos deputados Síqueira Campos (PDC-GO), Mendes Thame (PFL-SP), Davi Alves Silva (PDS-MA) e dos senadores Nelson Carneiro e Iram Saraiva. Respectivamente, sugerem os constituintes: dedução de até 50 por cento (por cinco anos seguidos) da renda bruta do contribuinte que adotar um menor carente; aposentadoria aos trabalhadores rurais e urbanos, inclusive às donas-de-casa, suficiente para "sua digna manutenção e a de seus dependentes"; imunidade parlamentar ao representante legislativo municipal, que passa a ser deputado municipal; cartão magnético para os contribuintes da Previdência Social, com todos os seus dados pessoais e dos dependentes; aposentadoria às donas-de-casa e camponesas.

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), entre muitas outras sugestões, propõe que seja "criado um Conselho de Estado, composto de ex-presidentes dos Três Po-

deres da República". Como justificativa, ele lembra que esta "instituição que tão benéfica foi durante o Império", viria consolidar a abertura democrática.

O senador Iram Saraiva também tem outras sugestões. Uma delas, para ser inserida no capítulo "da Organização Federal na Futura Constituição" (conforme indicação do constituinte), propõe que "os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou formar novos Estados".

Está em análise na Subcomissão do Sistema Financeiro a sugestão de norma do senador Nelson Carneiro, que visa assegurar os direitos dos trabalhadores diante da exploração imobiliária, fixando em no máximo 10 por cento os lucros conjuntos do construtor, incorporador e vendedor de unidades residenciais, individuais ou coletivas, "quando esses imóveis forem construídos e/ou vendidos com financiamentos de agências estatais da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios".

O mesmo constituinte propõe, ainda isenção do Imposto de Renda aos contribuintes com "vencimentos, proventos e salários" de até 30 salários mínimos, "continuando tributáveis os valores superiores a esse teto".

Inesperada é uma das propostas do deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), em que pede a anistia póstuma a Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e seus companheiros da Revolução Republicana de 1824. Em 49 páginas de justificativa e análise histórica do tema, ele sugere ainda que seja "reincorporado ao Estado de Pernambuco o território correspondente à antiga Comarca do Rio de São Francisco".

### Friedrich quer manter militar fora

Se obviamente uma Constituição não evita golpes militares, pode ao menos estabelecer mecanismos que reduzam as possibilidades de quarteladas. Esta é a opinião do relator da subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR). Ele defende a introdução, no novo texto constitucional, de "formulas para tolher a interferência dos militares na condução política do Estado".

A punição severa à tortura e a previsão de que quem violar os princípios constitucionais responderá por crime são, para Friedrich, maneiras de se garantir a observância à Constituição e evitar excessos. O relator acha também que poderão ser fixadas outras sanções "pesadas", destinadas a responsabilizar aqueles que cometerem abusos na eventualidade de uma ruptura constitucional. E defende a concepção moderna e democrática do estado de sítio, segundo a qual este só poderá ser decretado com a concordância do Congresso.

Outra ideia de Friedrich é estabelecer "freios" ao Poder Executivo, conferindo ao Congresso Nacional o controle de qualquer situação de emergência. Ele é favorável ainda à criação de um tribunal constitucional, que poderia ser acionado por qualquer pessoa, na defesa dos preceitos da Constituição.

A explicitação de que cabe às Forças Armadas zelar pela integridade territorial e pela soberania do País, e de que somente os poderes constitucionais podem requisitá-las para manter a ordem constitucional é, segundo Friedrich, um ponto importante.

Com isso, evita-se os malefícios de uma intervenção, e preservam-se as próprias Forças Armadas, mantendo-se o seu prestígio — afirmou o relator.

Essa subcomissão tem por relator o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), para quem não se pode atribuir às Forças Armadas apenas a responsabilidade pela ordem externa. Segundo ele, as Forças Armadas "sempre tiveram um papel moderador", e, se forem aliadas, haverá muito mais atos de execução.

## Constituinte decisiva

MAERLE FERREIRA LIMA  
Especial para o CORREIO

O compromisso do atual Governo de transição era o de implantar no País um conjunto de reformas institucionais, sociais, políticas e econômicas, que viessem beneficiar a maioria da população. As forças políticas que foram impulsionadas pelas forças sociais durante a passagem ditatorial, assumiram portanto, publicamente, esse compromisso fundamental com a Nação em direção do cumprimento dessas tarefas.

No campo das liberdades de opinião e manifestação foram feitos negativamente avanços significativos. Todavia, no restante do lado político e, em especial, no campo econômico e social, os problemas continuam profundos, de gravidade crônica e que exigiriam do Governo uma tomada de posição difícil de ser assumida em virtude do comprometimento a que está submetido o aparelho do Estado transitório que governa o País.

No campo institucional continua ainda em vigor a legislação da época militar, embora o Governo evite sua aplicação. A soberania da Constituinte visava, sobretudo, sepultar esses instrumentos autoritários do passado. Infelizmente as pressões da alta cúpula não permitiram que a Constituinte fosse realmente autônoma, capaz de ter poderes para varrer os entulhos e impedir outras manobras como pretendia o parágrafo 7º do art. 58 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

O acompanhamento dos debates iniciais no Congresso Nacional parece indicar que não haverá grandes conflitos entre os setores conservadores e progressistas no que diz respeito às questões que não envolvam grandes interesses de classe. Todavia, no que se refere às contradições entre o capital e o trabalho em todos os seus aspectos, ao papel das Forças Armadas na sociedade e à soberania nacional, por exemplo, que incluem grandes interesses e grandes alianças que definem o perfil e o comportamento do próprio Estado diante da sociedade, é um grande motivo para se temer pelo destino da nova Constituição.

E preciso que se diga que diante desse quadro de grandes dificuldades políticas, econômicas, sociais e institucionais, diante da definição do Governo, do seu desgate no seio da opinião pública e dos tropeços que têm acontecido, parte importante do PMDB vive um grande dilema: não sabe como atravessar a zona de turbulência em que penetrou. Se por um lado não

suporta a ideia de se distanciar das esperanças do povo que o transformou durante duas décadas em sua maior paixão, por outro, também não quer se afastar do Governo que tenta sustentar através de um apoio que parece mais tático do que sincero. Não se pode dizer que o PMDB como um todo vestiu para valer a camisa do Sarney. Sua parte mais autêntica e combativa que é formada pelos chamados peemedebistas históricos e pelos progressistas que afrontam diretamente os militares, não estão na oposição mas também não se sacrificariam pelo Governo, apesar de alguns dos seus quadros ocuparem posições estratégicas em seu organismo. Na verdade, esse segmento do PMDB vive uma grande indefinição, mas continua apostando na transição com uma posição crítica e se mantendo precariamente na estranha sociedade que se convencionou chamar de "Aliança Democrática".

Não se pode esquecer, igualmente, que as falhas e as impossibilidades do Governo têm servido gratuitamente de biombo para as campanhas radicais do PT, do PDT e da direita representada por dois expoentes máximos do período autoritário, Delfim Netto e Roberto Campos, responsáveis direto pelo caos que hoje vivemos e quase que totalmente pelo tamanho das dificuldades internas e externas que o nosso país acumulou ao longo de 21 anos de ditadura militar.

O Governo de transição que ali está firmou compromissos diversos para assumir o poder e isso o coloca hoje em situação de imobilismo, de incapacidade e de franca impopularidade, principalmente junto às camadas médias e pobres. Os militantes do PT e do PDT sempre suberam da existência desses compromissos, do perfil ideológico dos atuais dirigentes e consequentemente, dos limites de um governo que na verdade serve apenas de ponte entre o período do arbítrio e o que pretendemos atingir mais adiante, que é o da democracia realmente participativa. Apesar de tudo, querer tocar fogo no circo, agora, seja para satisfazer vaidades pessoais, seja para alimentar os ímpetos da militância puramente incoerente, não passa de uma grande irresponsabilidade política e de um oportunismo típico daqueles que almejam apenas se aproveitar do momento difícil da transição que todos deveríamos sustentar mesmo de maneira crítica e levando em conta a falta de sinceridade que tem caracterizado as autoridades governamentais. Reconhecemos que o Governo promoveu ao povo o que não podia fazer, mas, não seria feliz para nenhum de nós

voltarmos aos mesmos ideais do passado sob a batuta de Delfim Netto, Roberto Campos e meia dúzia de generais se alternando no poder. Devemos sim, com espírito independente e fiéis aos princípios sociais mais justos, continuar a luta pelo estabelecimento da democracia e da liberdade em nosso país e para termos muito breve um presidente eleito pelo povo e um poder realmente legítimo, cujos compromissos permitam realizar francamente o grande projeto nacional de sociedade que é o sonho de todos os setores sensíveis do País. Não resta dúvida que o primeiro passo para que isto aconteça é a luta no seio da Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de forçar a passagem das propostas mais comprometidas com esse projeto nacional. Se perdermos o embate, aí sim, teremos mais uma vez uma Constituição ligada ao pensamento das elites dominantes que sempre defenderam a modernização conservadora de nossa sociedade. Nesse sentido, ao invés de estarmos perdendo o nosso tempo com críticas oportunistas ou questões de ordem meramente pessoais, deveríamos partir para incentivar a militância e motivar a mobilização popular com o objetivo de pressionar a Assembleia Nacional Constituinte a seguir o rumo das grandes transformações. Infelizmente, as lideranças políticas, a inteligência e as entidades de base social não conseguiram, ou pouco fizeram para incluir a população no cenário da Constituinte. O que vemos, na verdade, é uma discussão decisiva sobre o futuro do Brasil isolada da população. Os políticos e o povo, diferentemente da campanha das "Diretas Já", desta vez não conseguiram se encontrar, nem nos limites do Congresso Nacional e muito menos nas grandes reuniões, nos grandes debates e nas enormes concentrações de massa.

Na história do Brasil, as classes dominantes e os políticos conservadores sempre procuraram afastar o povo da participação e da discussão dos problemas nacionais. O autoritarismo interno e o paternalismo que caracteriza até hoje o comportamento e o poder das elites nacionais, sempre viu a mobilização popular como um caso de polícia, um ato de rebeldia contra a "ordem e o progresso". Cabe, portanto, aos brasileiros que pensam diferente, tentar mudar esse sentido deformado de nossa história e a hora se apresenta propícia para isto: essa Constituição é decisiva para o Brasil.

Maerle Ferreira Lima, fundador e 1º vice-presidente do PMDB-DF, foi candidato a senador mais votado individualmente em novembro de 86

## Preservar a liberdade

DELIO BRAZ\*

O Parlamento é muito mais que uma reunião de legisladores em busca de fatos jurídicos. É o templo de onde emanam as forças de preservação da liberdade. Com isto, insisto em dizer que não basta fazer leis para atingir o "bem comum". A lei, em relação à liberdade, pode mesmo ser um mal e servir de instrumento de governo para tirar o indivíduo. Não é necessário, para o realce do tópico, apelar a citações históricas, basta evocar a memória recente e lembrar que, no Brasil há "leis que pegam e leis que não".

Espera-se dele a "organização jurídica que previna a ofensa à norma, que resguarde os direitos da pessoa, que seja instrumento de cultura, de paz e aperfeiçoamento, em busca do bem e do justo". Cada lei deve ser caracterizada pelo equilíbrio entre o poder político e o indivíduo, demonstrando que "o maior bem político é a liberdade, mas seu exercício tem muito a depender das condições econômicas".

Que a delegação que nós, constituintes, recebemos, não se volte a regulamentações impróprias, gerando normas paralelas e estabelecendo o caos legislativo, validando os "decretos-leis impróprios; decretos com força de lei; portaria maior que decreto; atos normativos que "transbordam", e até os humorísticos e trágicos "telex-lei" e "telefonema-lei".

Os constituintes, além das linhas-mestras da Constituição, devem alcançar as linhas complementares e auxiliares, um conjunto harmônico que evite o emaranhado de normas com que convivem, hoje, juizes, advogados e funcionários públicos. Urge a disciplina também na elaboração das leis, quer para reavivar que Poder deve elaborá-las, quer para iluminar o campo do que pode ser legislado.

Parlamento rico de suas próprias prerrogativas, é fundamento da Democracia. No mesmo sentido, necessário é restabelecer a dignidade dos juizes, premiando os que trabalham, por sistema que não seja só o de "eleição" de colegas, nas famosas listas triplas que podem reduzir a frustração de bons juizes, desafiados a tipos de comportamento não essencial ao julgamento. E preciso também fazer justiça aos que dão a vida ao serviço dela. Poderes independentes e harmônicos carecem, para exercer seus misteres, de servidores qualificados e preparados profissionalmente.

Propoño-me a suscitar debates para discutir o ingresso na cidadania com idade menor que a prescrita hoje.

E buscaremos questionar e debater a ausência de cabos e soldados, profissionalizados, da participação no "sufrágio universal".

Não olvidaremos, do exame da função da mulher no trabalho, cuja participação na produção e circulação de bens é insofismável, e que a dona-de-casa possa obter aposentadoria, enquanto outra garantia previdenciária não a ampare. Sabemos, de antemão, tratarmos de temas altamente polemizantes, não constituindo o fato, razão para não debatê-los.

E como constituintes temos a atribuição rara de "apalpar" a vocação de nossa Pátria: a permanente, para assegurar sua perpetuação como unidade sócio-demográfica e linguística, e o sistema federativo, com a indissolúvel união dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e a circunstancial, onde se deverá evitar as leis-delegadas abominando no máximo os decretos-leis e abolindo a limitação de o Congresso emendá-los e assim também a aprovação por decurso de prazo.

Espera-se abolir a competência exclusiva do Presidente da República, na iniciativa de leis sobre alguns assuntos. E salutar a participação do Presidente no processo legislativo. Tornar alguma matéria de sua exclusiva competência e tão incompatível como se se reservasse ao Poder Legislativo a exclusividade na indicação de ministros.

O legislador não deve deixar de marcar sua posição presente, lembrando que em Direito, diverso da Gramática, o tempo "imperativo" é o presente. Assim, "todos os poderes emanam do povo e em seu nome são exercidos" (Art. 2º da Constituição de 1934). "Todo poder emana do Povo e em seu nome é exercido" (Constituição de 1946 e 1967 e na Emenda nº 1), diverso da proposta da Comissão Provisória, "... em seu nome será exercido".

Gostaria de alertar os constituintes a não absorverem a influência do excelente trabalho de Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, constante do Artigo 2º: "Todo poder emana do Povo e em seu nome será exercido". Peco antecipadas desculpas aos filólogos, linguistas, gramáticos, juristas e cultores do Direito, mas o tempo do verbo "ser" incurtado no anteprojeto da Constituição sabe a promessa. "Será" induz à pergunta: "Quando?".

A política é o instrumento de liberdade social que nos abriga contra a violência, e nos permite paz e segurança. Mas o desafio maior é contra o equilíbrio entre Liberdade e Segurança. Frequentemente, o homem deste século ganha em segurança o que perde em liberdade.

As crises têm sido gestadoras fecundas de soluções inteligentes. Com a Constituinte, haveremos de mergulhar profundamente nas motivações dos fatos sociais e de ascender verticalmente às aspirações desta Nação que caminha para firmar-se dona de seu destino.

\*Deputado federal pelo PMDB de Goiás

## Eleição do IPC vai movimentar Congresso

No meio dos embates das diversas sugestões constitucionais, surge na próxima semana, no Congresso Nacional, uma nova luta que vai atrair a atenção dos deputados e senadores: a eleição para a presidência do Instituto de Pensão dos Congressistas (IPC). Trata-se de um organismo importante para os parlamentares que perdem os mandatos e muitos deles, passam a viver da pensão do instituto.

Depois de marchas e contramarchas entre os vários candidatos, entre eles Gustavo Faria (RJ), Antônio Câmara (RN), Domingos Juvenal (PA) e Furtado Leite (CE), foi confirmada, ontem, a candidatura do

deputado Fernando Cunha (GO), um dos mais antigos, já com cinco mandatos, considerado um "expert" na matéria e, por isso mesmo segundo experientes políticos, o mais indicado para o cargo.

Fernando Cunha tem sua candidatura lançada por ex-parlamentares e por lideranças antigas e novas da Câmara, além de ter apoio total de todo o centro-esquerda, da maioria dos parlamentares do sul e substancial apoio do norte e nordeste. Fernando Cunha participou de diversos conselhos do IPC e tem inúmeros projetos de lei alterando a estrutura do organismo.

## Menoridade pode passar para 16 anos

Ficará em 16 anos a idade mínima para a promoção de responsabilidade criminal, se for aprovada a sugestão de norma constitucional apresentada pelo deputado Mendes Ribeiro, o mais votado do Rio Grande do Sul.

O parlamentar gaúcho entende que, hoje, pela facilidade de informações, o indivíduo, aos 16 anos, já tem plenas condições de assumir responsabilidade por seus atos na vida social. Lembra que grande parte dos delitos são praticados por pessoas nessa faixa de idade e que, pela legislação atual, ficam impunes, estimulando novos procedimentos criminosos, lesando os interesses da socie-

de, que está cada vez mais insegura.

#### DIMINUIÇÃO

Mendes Ribeiro, no mesmo expediente que encaminhou à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, propôs a diminuição da idade-limite para a maioria. Para ele, aos 18 anos a pessoa deve iniciar a sua independência civil, passando a assumir obrigações e usufruindo de direitos assegurados aos maiores de idade, os chamados absolutamente capazes. "A sociedade evoluiu" — explica o parlamentar do Rio Grande do Sul — "os tempos são outros, e se torna necessária a adaptação da lei à nova realidade".